



Número: **0802012-56.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **24ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **22/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO (AUTOR)		SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA (ADVOGADO) GEONARA ARAUJO DE LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
GIOVANNA DANTAS FULCO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52612 870	22/01/2020 17:41	Petição Inicial	Petição Inicial
52613 502	22/01/2020 17:41	PETIÇÃO INICIAL	Documento de Comprovação
52613 503	22/01/2020 17:41	PROCURAÇÃO	Procuração
52613 504	22/01/2020 17:41	ADMISSÃO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR	Documento de Comprovação
52613 505	22/01/2020 17:41	B.O	Documento de Comprovação
52613 506	22/01/2020 17:41	CARTA DE CRÉDITO - 14305845 (2)	Documento de Comprovação
52613 507	22/01/2020 17:41	COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação
52613 509	22/01/2020 17:41	CONTRATO ASSINADO	Documento de Comprovação
52613 511	22/01/2020 17:41	CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação
52613 512	22/01/2020 17:41	DECLARAÇÃO DA SAMU	Documento de Comprovação
52613 514	22/01/2020 17:41	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
52613 519	22/01/2020 17:41	DOCUMENTAÇÃO DO VEÍCULO	Documento de Comprovação
52613 522	22/01/2020 17:41	ENCAMINHAMENTO PAULO EDUARDO	Documento de Comprovação
52613 524	22/01/2020 17:41	FICHA DE ACOMPANHAMENTO SOCIAL	Documento de Comprovação
52613 527	22/01/2020 17:41	FICHA DE REGULAÇÃO - CENA	Documento de Comprovação
52613 933	22/01/2020 17:41	IDENTIFICAÇÃO DA FIA	Documento de Comprovação
52613 935	22/01/2020 17:41	IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	Documento de Identificação
52613 936	22/01/2020 17:41	LAUDO MÉDICO	Documento de Comprovação
52613 938	22/01/2020 17:41	PARECER FISIOTERAPÊUTICO	Documento de Comprovação

52613 939	22/01/2020 17:41	RECIBO DESPESAS MÉDICAS	Documento de Comprovação
52613 940	22/01/2020 17:41	DOCUMENTOS MÉDICOS_compressed	Documento de Comprovação

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA
DE NATAL RIO GRANDE DO NORTE**

PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO, brasileiro, união estável, desempregado, portadora do Rg de nº 001.930.024 ITEP/RN e CPF de nº: 008.574.344-54, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, nº09 CS-03, Bairro de Bela Parnamirim/RN, CEP: 59.142-662, Cel: (84) 98719-2474, vem perante V. Ex^a, com fulcro nos artigos 318 e 319 do CPC/2015 e no artigo 3º, II, da lei 6.194/74 com alteração dada pelas leis 8.441/92 e 11.482/2007, propor a presente

-
-
-
-

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIODPVAT

em face de seguradora líder , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na R Senador Dantas, 74 5,6,9,14 E 15 ANDAR, Rio De Janeiro - RJ, (21)3861-4600, CEP 20031-205, pelos motivos e fatos que passa a expor.

**PRELIMINARMENTE
DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**



O autor requer, desde já, a concessão da gratuidade da justiça nos termos dos Artigos 98 e 99 do CPC/2015 e do Art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, haja vista não possuir condição financeira de arcar com as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios, sem o prejuízo do seu próprio sustento e de sua família. Vale ressaltar que, tal benefício, não está subordinado à comprovação da impossibilidade de custear as despesas processuais sem sacrificar a subsistência própria e da família. Nos termos do § 3º do artigo 99 do NCPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência feita exclusivamente por pessoa natural, só sendo possível o indeferimento da gratuidade se estiver provado nos autos a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, conforme previsão do §2º do supracitado artigo. Diante do exposto, requer a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por ser medida da mais perfeita Justiça, conforme os dispositivos legais acima expostos.

DO INTERESSE DE AGIR

Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças, recebeu **R\$1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF. Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADO A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.



- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a **medida provisória nº 340/2006** que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ **13.500,00** ou seja, dia **29/12/2006** (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em **10%, 25%, 50%, 75% e 100%**, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- **A Seguradora Líder diligencia** e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para **o convênio DPVAT** e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, **TODOS** os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la. Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o **princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República**, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

DA CITAÇÃO

O Código de Processo Civil em vigor estabelece, em seu Art. 240 que a citação válida, ainda quando ordenada por Juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, sendo assim, direito que assiste à parte requerente.

Por sua vez, segundo o Art. 239 do NCPC, é indispensável à citação do réu, senão vejamos:

Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. (Grifamos)



Ressalte-se ainda que, para que ocorra a audiência de conciliação ou mediação deverá o réu ser citado com antecedência mínima de 20 dias, in verbis:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. (Grifamos)

Assim, por todo o exposto, requer a parte autora que seja determinada por este MM. Juízo, a citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil.

DA PERÍCIA ANTECIPADA

O novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 139, VI, a possibilidade de alteração da ordem da produção dos meios de prova, adequando-os as necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Por sua vez, o Art. 381, em seu inciso II, prevê a admissibilidade da produção antecipada de prova quando esta seja suscetível de viabilizar a auto composição ou outro meio de solução de conflitos.

Destarte, nos processos onde se discute a existência de diferenças de valores a serem pagos em razão do seguro DPVAT, a produção da prova pericial é de fundamental importância para a apuração da extensão do dano e, por conseguinte, a quantificação das diferenças pleiteadas.

Nessa esteira de entendimento, a produção antecipada da perícia médica é de suma relevância para a viabilização da conciliação no presente caso.

Assim, requer a parte autora, a aplicação dos artigos supracitados para alterar a ordem de produção da prova pericial para que seja antecipada a sua realização, custeada pela Seguradora Ré, de forma a viabilizar eventual proposta de acordo.

Ocorre que, a parte Autora já havia requerido indenização perante Seguradora Ré, tendo aberto o sinistro de nº **3190281944** e, não recebeu um valor satisfatório, pelas vias administrativa.

O Requerente perfaz o direito de ser dignamente indenizado, com a observação da proporcionalidade e repercussões das graves lesões e sequelas que sofreu em toda em extensão do seu corpo em decorrência do acidente.

Em razão disto, pleiteia o recebimento da indenização corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.



DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente que ocorreu no dia 14/01/2018, a parte Autora **PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO**, trafegando da casa de sua mãe para sua residência e que ao passar no cruzamento do sinal de EMUS (Prolongamento da Prudente Moraes), um veículo tipo SAVEIRO avançou o sinal onde o mesmo não deu pra desviar, chegando a colidir na SAVEIRO e que foi arremessado uns 08 a 10 metros, e que permaneceu no chão até a chegada da **SAMU** e que foi socorrido através da **ocorrência nº119117/1** e que em seguida fora levado ao **HOSPITAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA**, através do boletim de atendimento de urgência nº51, POLITRAUMA, e que permaneceu internado até o dia 19/01/2019, onde realizou cirurgia (FRATURA DISTAL DE FÊMUR EM MIE). Diante do acompanhamento do fisioterapeuta para quadro algino e redução de ADM (Amplitude de Movimento), evolui bem da dor, mas segue com limitação incapacitante para flexão completa de joelho esquerdo.

Diante de tal fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, o que foi concedido administrativamente em parte pois o valor pago foi abaixo do que deveria de acordo com a lesão.

Ocorre que tal motivo não pode prosperar, razão pela qual intenta a presente ação.

DO DIREITO

A Lei 6.194/74 prevê que o beneficiário receba o valor da cobertura do seguro DPVAT junto a qualquer seguradora do Consórcio Estabelecido no Artigo 7º da referida norma.

Ainda de acordo com a supramencionada Lei, basta a mera demonstração de que a incapacidade ou debilidade permanente decorreu de acidente automobilístico e a qualidade de beneficiário/vítima de quem requer a indenização.

Conforme a documentação colacionada aos autos do processo, os requisitos legais supracitados encontram-se devidamente comprovados.

Ressalte-se que, tendo a Medida Provisória n. 340, de 29 de Dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº. 11.482/2007, fixado o valor devido aos segurados em razão da invalidez ou debilidade permanente, estabelecendo o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desvinculando-o do salário mínimo, faz-se necessária a preservação do valor estabelecido pelo legislador, devendo ser aplicada a correção monetária a partir da data do evento danoso.

Neste sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça em 27 de maio de 2015 ao julgar o Recurso Especial tombado sob o número 1.483.620 – SC.

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:



Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

DPVAT. Ação de cobrança. Boletim de Ocorrência que revela a dinâmica do acidente. Carro desgovernado que atinge o braço do Autor. Acidente coberto pelo seguro obrigatório. Sentença confirmada. Recurso desprovido. (TJ-SP 10172507820168260451 SP 1017250-78.2016.8.26.0451, Relator: Pedro Baccarat, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2018)

DPVAT. Seguro obrigatório. Acidente automobilístico. Sequelas residuais permanentes. Obrigatoriedade do pagamento do DPVAT às vítimas de acidentes. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a indenização do seguro, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos da súmula 580 do STJ. Provimento parcial do recurso. (TJ-RJ - APL: 01481217420148190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 44 VARA CÍVEL, Relator: FERDINALDO DO NASCIMENTO, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/05/2018)



Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da Súmula 43 do STJ:

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Este entendimento predomina na jurisprudência, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974 DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 03101020720168240033 Criciúma 0310102-07.2016.8.24.0033, Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 08/05/2018, Terceira Câmara de Direito Civil)
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC (REsp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passara a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o evento danoso à invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório - DPVAT - (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte Superior de Justiça sob o formato do artigo 543-C do CPC/73 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais a contar da citação (STJ, súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 25/04/2018, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2018 . Pág.: 124-140)

Motivos pelos quais, demonstrada a negativa de cobertura pela seguradora, devida a atualização dos valores devidos a partir da data do evento danos, qual seja 12/02/2018.



DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO REGRAMENTO DO NOVO CPC

O Novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 85, §8º que, ao Julgar a ação, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

Nesta senda, levando em conta o grau do zelo profissional, bem como o trabalho realizado pelo patrono do autor, requer a condenação da parte Ré ao pagamento de honorários em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do NCPC.

DOS PEDIDOS

ü A concessão da GRATUIDADE DA JUSTIÇA;

ü Que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas, única e exclusivamente, em nome da Dra. SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 17.267 e Dra. GEONARA ARAÚJO DE LIMA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 16.005, bem como para fins do Artigo 39, I, do Código de Processo Civil, que sejam remetidas todas as futuras intimações para o seu endereço Profissional na Rua Dos Canindés, nº. 1235, sala 04, Alecrim, CEP, 59030-600, Natal - Rio Grande do Norte, sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa;

ü Citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil;

ü Realização de Perícia Médica antecipada e custeada pela Seguradora Ré, nos termos do Art. 139, VI do CPC/2015;

ü Inversão do ônus da prova;

ü Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

ü f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

ü Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.



- ü Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.
- ü Seja a Ré condenada ao pagamento em favor do Autor da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente a partir da data do evento danoso e observado o correto grau de invalidez, bem como a devida proporcionalidade das lesões e suas REPERCUSSÕES;
- ü Pagamento de Juros de mora legais na forma da recomendação prevista na Súmula nº. 54 do Superior Tribunal de Justiça e custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do Art. 85, §8º do NCPC.

Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente prova pericial médica, conforme quesitos adiante anexos e, ainda, prova documental, em especial complementar com a ulterior juntada de documentos.

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos, pede deferimento

Natal, 21 de janeiro de 2020.

GEONARA ARAÚJO DE LIMA
OAB/RN 16.005

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA
OAB/RN 17.267





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL
DA COMARCA DE NATAL RIO GRANDE DO NORTE**

PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO,
brasileiro, união estável, desempregado, portadora do
Rg de nº 001.930.024 ITEP/RN e CPF de nº: 008.574.344-
54, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, nº09
CS-03, Bairro de Bela Parnamirim/RN, CEP: 59.142-662,
Cel: (84) 98719-2474, vem perante V. Ex^a, com fulcro
nos artigos 318 e 319 do CPC/2015 e no artigo 3º, II, da
lei 6.194/74 com alteração dada pelas leis 8.441/92 e
11.482/2007, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face de seguradora líder , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ
sob nº CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na R Senador Dantas, 74 5,6,9,14 E 15
ANDAR, Rio De Janeiro - RJ, (21)3861-4600, CEP 20031-205, pelos motivos e fatos
que passa a expor.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

1





PRELIMINARMENTE DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O autor requer, desde já, a concessão da gratuidade da justiça nos termos dos Artigos 98 e 99 do CPC/2015 e do Art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, haja vista não possuir condição financeira de arcar com as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios, sem o prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

Vale ressaltar que, tal benefício, não está subordinado à comprovação da impossibilidade de custear as despesas processuais sem sacrificar a subsistência própria e da família. Nos termos do § 3º do artigo 99 do NCPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência feita exclusivamente por pessoa natural, só sendo possível o indeferimento da gratuidade se estiver provado nos autos a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, conforme previsão do §2º do supracitado artigo.

Diante do exposto, requer a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por ser medida da mais perfeita Justiça, conforme os dispositivos legais acima expostos.

DO INTERESSE DE AGIR

Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças, recebeu **R\$1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

2





APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADO A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

3





termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a **medida provisória nº 340/2006** que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ **13.500,00** ou seja, dia **29/12/2006** (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em **10%, 25%, 50%, 75% e 100%**, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

- **A Seguradora Líder diligencia** e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o **convênio DPVAT** e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o **princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República**, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

4





esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

DA CITAÇÃO

O Código de Processo Civil em vigor estabelece, em seu Art. 240 que a citação válida, ainda quando ordenada por Juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, sendo assim, direito que assiste à parte requerente.

Por sua vez, segundo o Art. 239 do NCPC, é indispensável à citação do réu, senão vejamos:

Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. (Grifamos)

Ressalte-se ainda que, para que ocorra a audiência de conciliação ou mediação deverá o réu ser citado com antecedência mínima de 20 dias, in verbis:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. (Grifamos)

Assim, por todo o exposto, requer a parte autora que seja determinada por este MM. Juízo, a citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

5





DA PERÍCIA ANTECIPADA

O novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 139, VI, a possibilidade de alteração da ordem da produção dos meios de prova, adequando-os as necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Por sua vez, o Art. 381, em seu inciso II, prevê a admissibilidade da produção antecipada de prova quando esta seja suscetível de viabilizar a auto composição ou outro meio de solução de conflitos.

Destarte, nos processos onde se discute a existência de diferenças de valores a serem pagos em razão do seguro DPVAT, a produção da prova pericial é de fundamental importância para a apuração da extensão do dano e, por conseguinte, a quantificação das diferenças pleiteadas.

Nessa esteira de entendimento, a produção antecipada da perícia médica é de suma relevância para a viabilização da conciliação no presente caso.

Assim, requer a parte autora, a aplicação dos artigos supracitados para alterar a ordem de produção da prova pericial para que seja antecipada a sua realização, custeada pela Seguradora Ré, de forma a viabilizar eventual proposta de acordo.

Ocorre que, a parte Autora já havia requerido indenização perante Seguradora Ré, tendo aberto o sinistro de nº 3190281944 e, não recebeu um valor satisfatório, pelas vias administrativa.

O Requerente perfaz o direito de ser dignamente indenizado, com a observação da proporcionalidade e repercussões das graves lesões e sequelas que sofreu em toda em extensão do seu corpo em decorrência do acidente.

Em razão disto, pleiteia o recebimento da indenização corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

6





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190281944 Vítima: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO

Data do Acidente: 14/01/2019 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANDRE DA CRUZ GONCALVES

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%	
Graduação: Em grau médio 50%	
% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%	
Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$ 1.687,50

Recebedor: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 341

Agência: 000002746

Conta: 0000028693-5

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retomar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

7



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 22/01/2020 17:40:57

<https://pje1g.trj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012217405720400000050745298>

Número do documento: 20012217405720400000050745298

Num. 52613502 - Pág. 7



DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente que ocorreu no dia 14/01/2018, a parte Autora **PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO**, trafegando da casa de sua mãe para sua residência e que ao passar no cruzamento do sinal de EMUS (Prolongamento da Prudente Moraes), um veículo tipo SAVEIRO avançou o sinal onde o mesmo não deu pra desviar, chegando a colidir na SAVEIRO e que foi arremessado uns 08 a 10 metros, e que permaneceu no chão até a chegada da **SAMU** e que foi socorrido através da **ocorrência nº119117/1** e que em seguida fora levado ao **HOSPITAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA**, através do boletim de atendimento de urgência nº51, POLITRAUMA, e que permaneceu internado até o dia 19/01/2019, onde realizou cirurgia (FRATURA DISTAL DE FÊMUR EM MIE). Diante do acompanhamento do fisioterapeuta para quadro algino e redução de ADM (Amplitude de Movimento), evolui bem da dor, mas segue com limitação incapacitante para flexão completa de joelho esquerdo.

Diante de tal fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, o que foi concedido administrativamente em parte pois o valor pago foi abaixo do que deveria de acordo com a lesão. Ocorre que tal motivo não pode prosperar, razão pela qual intenta a presente ação.

DO DIREITO

A Lei 6.194/74 prevê que o beneficiário receba o valor da cobertura do seguro DPVAT junto a qualquer seguradora do Consórcio Estabelecido no Artigo 7º da referida norma.

Ainda de acordo com a supramencionada Lei, basta a mera demonstração de que a incapacidade ou debilidade permanente decorreu de acidente automobilístico e a qualidade de beneficiário/vítima de quem requer a indenização.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

8





Conforme a documentação colacionada aos autos do processo, os requisitos legais supracitados encontram-se devidamente comprovados.

Ressalte-se que, tendo a Medida Provisória n. 340, de 29 de Dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº. 11.482/2007, fixado o valor devido aos segurados em razão da invalidez ou debilidade permanente, estabelecendo o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desvinculando-o do salário mínimo, faz-se necessária a preservação do valor estabelecido pelo legislador, devendo ser aplicada a correção monetária a partir da data do evento danoso.

Neste sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça em 27 de maio de 2015 ao julgar o Recurso Especial tombado sob o número 1.483.620 – SC.

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

9





Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

DPVAT. Ação de cobrança. Boletim de Ocorrência que revela a dinâmica do acidente. Carro desgovernado que atinge o braço do Autor. Acidente coberto pelo seguro obrigatório. Sentença confirmada. Recurso desprovido. (TJ-SP 10172507820168260451 SP 1017250-78.2016.8.26.0451, Relator: Pedro Baccarat, 36ª Câmara

**Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496**

10





de Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2018)

DPVAT. Seguro obrigatório. Acidente automobilístico. Sequelas residuais permanentes. Obrigatoriedade do pagamento do DPVAT às vítimas de acidentes. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a indenização do seguro, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos da súmula 580 do STJ. Provimento parcial do recurso. (TJ-RJ - APL: 01481217420148190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 44 VARA CÍVEL, Relator: FERDINALDO DO NASCIMENTO, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/05/2018)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da Súmula 43 do STJ:

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Este entendimento predomina na jurisprudência, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974 DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 03101020720168240033

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

11





Criciúma 0310102-07.2016.8.24.0033, Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 08/05/2018, Terceira Câmara de Direito Civil)

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC (REsp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passara a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o evento danoso à invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório - DPVAT - (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte Superior de Justiça sob o formato do artigo 543-C do CPC/73 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais a contar da citação (STJ, súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 25/04/2018, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2018 . Pág.: 124-140)

Motivos pelos quais, demonstrada a negativa de cobertura pela seguradora, devida a atualização dos valores devidos a partir da data do evento danos, qual seja 12/02/2018.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO REGRAMENTO DO NOVO CPC

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

12





O Novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 85, §8º que, ao Julgar a ação, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

Nesta senda, levando em conta o grau do zelo profissional, bem como o trabalho realizado pelo patrono do autor, requer a condenação da parte Ré ao pagamento de honorários em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do NCPC.

DOS PEDIDOS

- ✓ A concessão da GRATUIDADE DA JUSTIÇA;
- ✓ Que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas, única e exclusivamente, em nome da Dra. SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 17.267 e Dra. GEONARA ARAÚJO DE LIMA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 16.005, bem como para fins do Artigo 39, I, do Código de Processo Civil, que sejam remetidas todas as futuras intimações para o seu endereço Profissional na Rua Dos Canindés, nº. 1235, sala 04, Alecrim, CEP, 59030-600, Natal - Rio Grande do Norte, sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa;
- ✓ Citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil;
- ✓ Realização de Perícia Médica antecipada e custeada pela Seguradora Ré, nos termos do Art. 139, VI do CPC/2015;
- ✓ Inversão do ônus da prova;
- ✓ Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

13





referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

- ✓ f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.
- ✓ Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.
- ✓ Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.
- ✓ Seja a Ré condenada ao pagamento em favor do Autor da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente a partir da data do evento danoso e observado o correto grau de invalidez, bem como a devida proporcionalidade das lesões e suas REPERCUSSÕES;
- ✓ Pagamento de Juros de mora legais na forma da recomendação prevista na Súmula nº. 54 do Superior Tribunal de Justiça e custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do Art. 85, §8º do NCPC.

Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente prova

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

14





pericial médica, conforme quesitos adiante anexos e, ainda, prova documental, em especial complementar com a ulterior juntada de documentos.

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos, pede deferimento

Natal, 21 de janeiro de 2020.

GEONARA ARAÚJO DE LIMA
OAB/RN 16.005

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA
OAB/RN 17.267

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

15





Dra. Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Maria Amália Dias Ikeda
OAB/RN 8.679

INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO, brasileiro, união estável, desempregado, portador do Rg de nº 001.930.024 ITEP/RN e CPF de nº: 008.574.344-54, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, nº 09 CS-03, Bairro de Bela Parnamirim – Parnamirim/RN CEP: 59142-662, Cel: (84) 9 8719.2474.

OUTORGADO: SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN, sob o nº 17.267; GEONARA ARAÚJO DE LIMA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 16.005, MARIA AMÁLIA DIAS IKEDA, brasileira, separada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 8679, ambas com endereço para intimações na Rua dos Canindés, nº 1235 – Galeria André Barbosa, bairro do Alecrim, Natal/RN CEP 59030-600, para o futuro denominado **CONTRATADO**, contratam da forma que segue:

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula "**ad judicium et extra**" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, especificamente, para propor ação judicial para restituição dos valores da seguradora Líder.

Natal, 12 de setembro de 2019.


PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO

CPF nº: 008.574.344-54

Outorgante

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.



Admissão de Internamento Hospitalar

Prontuário: 1184737

Cartão SUS:704708709336630

CPF:

Dt Nasc: 28/08/1980

Idade: 38 anos 8 meses 4 dias Sexo: M

Etnia: PARDA

Estado Civil: NÃO INFORMADO

Nome da mãe: MAIA LUCIA DA SILVA

Nome do pai:

Rua/Av: BOM JESUS

N°:87

Complemento:

Bairro: TOUROS

CEP: 59584000

Cidade: TOUROS

Telephone: 84 992124442 84 992124442

Especialidade: ORTOPEDICA

Unidade: PS - ORTOPEDIA

Leito: 1011

Responsável: PAULO EDUARDO DA SILVA -

Usuário: UZIMAR PEREIRA VALE

Admissão: 01/05/2019 17:54:32

Alta:

Óbito:

ORTOPEDIA Leito 1011

CONFERE COM ORIGINAL

NATA 28/07/19

Dias de permanência: 15

MAT. Nº

SAME

07

ASSINATURA

DIAGNÓSTICO INICIAL: S82.2 - FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA
408050500 -

DIAGNÓSTICO FINAL:

VITAMINA E ACIDEVINE NUTRICIONAIS CI
VITAMINA EM REINA (D)

Ad. E. where now

Remarque: $D_n \neq B_n$

PA PA

Q: IN NEARBY
N11

Dr. Marcellio Mariano de Oliveira
Cirurgião de Ombro e Cotovelo
CRM/RN 3768

NATAL, 01 de Maio de 2019.

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL - CRM





Gov. do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: 1ª DELEGACIA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM

Endereço: RUA EDGAR DANTAS, 1660, SANTOS REIS, PARNAMIRIM

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2019023001918

1.2 Data de Expedição: 11/04/2019 16.44.59

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.4 Ligu CLOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 14/01/2019 12.00.00

2.2 Autoria: Conhecida

2.3 Fato: Consumado

2.4 Flagrante: Não

2.5 Meio(s) empregado(s): Veículo

2.6 Tipo do local: Via Pública

2.8 Número: SN

2.7 Logradouro: RUA PREFEITO OMAR O'GRADY

2.10 Complemento: CRUZAMENTO DO SINAL COM LOJAS DE VEICULOS

2.9 CEP:

2.12 Bairro: EMAUS

2.11 Ponto de Referência:

2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.13 Cidade: PARNAMIRIM

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.3 Nome Social:

3.4 Pai: LUIZ MORAIS DE ASSUNCAO

3.5 Etnia: Parda

3.6 Mãe: MARIA BEZERRA DE ASSUNCAO

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 Orientação Sexual:

3.9 CPF: 00857434454

3.10 Identidade de Gênero:

3.11 Nacionalidade:

3.12 Data de Nascimento: 03/07/1981

3.13 Profissão: GARCON

3.14 RG: 001930024 - ITEP/RN

3.15 Telefone(s): 84 987192474

3.16 Passaporte:

3.17 Número: 09

3.18 Naturalidade: NATAL - RN

3.19 Bairro: BELA PARNAMIRIM

3.20 E-Mail:

3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3.22 Logradouro: RUA SANTA LUZIA

3.23 Cidade: PARNAMIRIM

3.24 CEP:

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S)

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLuíDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

7.1.1 Segurado: Não

7.1.2 Seguradora:

7.1.3 Chassi: LWYMCA208D6015632

7.1.4 Renavam: 01145677204

7.1.5 Placa: QGM3132

7.1.6 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

7.1.7 Marca: WUYANG

7.1.8 Modelo: WY48Q-2

7.1.9 Ano do Modelo: 2013

7.1.10 Ano de Fabricação: 2012

7.1.11 Cor do veículo: PRETA

7.1.12 Tipo do veículo: CICLOMOTOR

7.1.13 Nota Fiscal:

7.1.14 Número do Motor:

7.1.15 Nome do proprietário: JOSE MATEUS ANDRADE DOS SANTOS

7.1.16 Vínculo com a Ocorrência:

7.1.17 Nome do condutor: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO

7.1.18 Observações:

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

O COMUNICANTE VEIO A ESTA UNIDADE POLICIAL INFORMAR QUE NA DATA ACIMA CITADA ESTAVA TRAFEGANDO DA CASA DE SUA MÃE A SUA RESIDENCIA E QUE AO PASSAR NO CRUZAMENTO DO SINAL DE EMAUS (PROLONGAMENTO DA PRUDENTE DE MORAIS) UM VEICULO TIPO SAVEIRO AVANÇOU O SINAL ONDE O MESMO NÃO DEU PRA DESVIAR, CHEGANDO A COLIDIR NA SAVEIRO E QUE FOI ARREMESSADO UNS 08 A 10 METROS E QUE PERMANECERU NO CHÃO ATÉ A CHEGADA DA SAMU, QUE FOI SOCORRIDO ATRAVÉS DA OCORRÊNCIA Nº 119117/1 E QUE EM SEGUIDA FORA LEVADO AO HOSPITAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA ATRAVÉS DO BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGENCIA Nº 51 POLITRAUMA, E QUE PERMANECERU INTERNADO ATÉ O DIA 19/01/2019. E MAIS NADA ADIANTOU O COMUNICANTE.

9.2 Informações do CLOSP

9.3 Outras Providências

FEITO O BOLETIM DE OCORRÊNCIA E ENTREGUE COPIA AO COMUNICANTE

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 11/04/2019 16.44.59

Policial

Interessado

Polegar direito

Atendimento: 1925172 - JERCIVALDO ANDRADE DO NASCIMENTO

Impresso por: 1925172 - JERCIVALDO ANDRADE DO NASCIMENTO em 11/04/2019 16:45:13

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

J2019023001918

Protocolo: J2019023001918 - Código de autenticação: 738bfe97e9ce1771b8ec22b4b8db2215

Página 1 1



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 22/01/2020 17:40:58

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012217405834000000050745301>

Número do documento: 20012217405834000000050745301

Num. 52613505 - Pág. 1



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190281944

Vítima: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO

Data do Acidente: 14/01/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANDRE DA CRUZ GONCALVES

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 = R\$ 1.687,50

Recebedor: **PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **341**

Agência: **000002746**

Conta: **0000028693-5**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 22/01/2020 17:40:58

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012217405866500000050745302>

Número do documento: 20012217405866500000050745302

Num. 52613506 - Pág. 1

DADOS DO CLIENTE

ILZETE RODRIGUES DA SILVA

CPF: 07.553.734-7

CLASSIFICAÇÃO

B1 RESILIENTE

BAIXA RENTIA COM NIS

Nº DA NOTA FISCAL: 018761448

SÉRIE: UNICA

EMISSÃO: 15/02/2019

APRESENTAÇÃO: Nº DO CLIENTE

Nº DA INSTALAÇÃO: 3221055

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA

RUA SANTA LUZIA 9 CS-03

BELA PARNAMIRIM/AREA URBANA

PARNAMIRIM/RN

59142-862

CONTA CONTRATO

0855726238

02/2019

22/02/2019

18/03/2019

QUANTIDADE

38,10

PREÇO (R\$)

0,30805319

11,3527690

VALOR (R\$)

11,35

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	DATA ATUAL	LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
21701253	AT	15/01/2019	15/02/2019	545,50	583,60	31	1,9161	0,0000	68,00

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Item	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Gerção de Energia	7,22	36,32%
Transmissão	1,66	5,33%
Distribuição (Cobrança)	5,00	19%
Perdas de Transmissão	0,34	6,74%
Encargos Setoriais	0,78	3,82%
Tributos	1,50	22,84%
Total	19,88	100%

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Pague o valor em até 10 dias após a emissão da Nota Fiscal. Caso não seja pago, a concessionária poderá suspender o fornecimento de energia elétrica.

ATENÇÃO: O COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Valor	Vencido	Valor	Vencido
39,25	15/02/19	63,43	15/03/19

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES

CONJUNTO	VALOR APROVADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL
PASCA SEME-AREA	0,00	5,31	10,62	21,25
PIC	0,00	3,25	6,47	12,95
DMIC	0,00	2,63	0,00	0,00

NÍVEL DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
220	231

PROTOCOLO RECEBIDO

29 MAI 2019

TERRA DO SOL ADM.

= CORRETORA DE SEGS.

PROTOCOLO RECEBIDO

29 MAI 2019

TERRA DO SOL ADM.

= CORRETORA DE SEGS.





Srta. Suelly Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Maria Amália Dias Ikeda
OAB/RN 8.679

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO, brasileiro, união estável, desempregado, portador do Rg de nº 001.930.024 ITEP/RN e CPF de nº: 008.574.344-54, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, nº 09 CS-03, Bairro de Bela Parnamirim – Parnamirim/RN CEP: 59142-662, Cel: (84) 9 8719.2474; doravante denominado **CONTRATANTE**;

CONTRATADOS: SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN, sob o nº 17.267; GEONARA ARAÚJO DE LIMA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 16.005, MARIA AMÁLIA DIAS IKEDA, brasileira, separada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 8679, todas com endereço para intimações na Rua dos Canindés, nº 1235 – Galeria André Barbosa, bairro do Alecrim, Natal/RN CEP 59030-600, para o futuro denominado **CONTRATADO**, contratam da forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O **CONTRATADO** prestará serviços de natureza jurídica, sendo constituído, nesta data, para propor ação judicial contra a **SEGURADORA LÍDER**, visando o recebimento do valor correto da indenização.

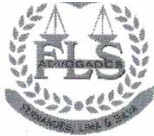
CLÁUSULA SEGUNDA:

O **CONTRATANTE** obriga-se a pagar ao **CONTRATADO** a título de honorários advocatícios, o valor correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor recebido ao final do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Sueli Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Maria Amália Dias Ikeda
OAB/RN 8.679

As despesas relativas às taxas, custas judiciais, honorários periciais [caso se constate a necessidade de perícia] e demais que se fizerem necessárias, como as custas de preparo de eventuais recursos aos Tribunais Superiores, serão custeadas exclusivamente pelo **CONTRATANTE** e somente será contraído pelo **CONTRATADO** mediante autorização prévia do **CONTRATANTE** (*escrita ou verbal*), após a qual, seguirá o comprovante de recolhimento do quanto devido.

Destaca-se que as despesas de transporte, estadia e alimentação, quando necessário o deslocamento do **CONTRATANTE**, também serão custeadas pelo **CONTRATANTE**.

Caso o **OUTORGADO** não forneça a quantia necessária para pagamento das despesas do processo, evitando a paralisação do andamento processual, fica o **CONTRATADO** isento de quaisquer responsabilidades advindas do não pagamento das despesas.

CLÁUSULA QUARTA:

O presente contrato obriga não somente as partes, mas também os seus herdeiros e/ou sucessores, que tudo farão para torná-lo bom, firme e valioso.

CLÁUSULA QUINTA:

O **CONTRATADO** terá direito aos honorários estabelecidos na cláusula segunda se o **CONTRATANTE** revogar o mandato antes de terminado o processo, ou no caso de transigir com a parte contrária, impedindo o seguimento do feito, bem como se houver composição amigável.

CLÁUSULA SEXTA:

O não pagamento dos honorários ajustados nos termos acima dará poderes ao **CONTRATADO** para ingressar com a ação competente visando o recebimento do valor devido, ficando eleito o Foro da Comarca desta cidade para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente contrato, o qual estará automaticamente rescindido pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Maria Amália Dias Ikeda
OAB/RN 8.679

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATADO terá direito aos valores fixados a título de sucumbência pelo Juízo.


E, por estarem assim justos e contratados, assinam as Partes o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.

Natal, 12 de setembro de 2019.


PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO

CPF nº: 008.574.344-54

Contratante



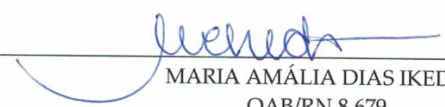
SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA
OAB/RN 17.267

Contratado



GEONARA ARAÚJO DE LIMA
OAB/RN 16.005

Contratado



MARIA AMÁLIA DIAS IKEDA
OAB/RN 8.679

Contratada

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa

OAB/RN 17.267

Dra. Geonara Araújo de Lima

OAB/RN 16.005

Dra. Maria Amália Dias Ikeda

OAB/RN 8.679

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO, brasileiro, união estável, desempregado, portador do Rg de nº 001.930.024 ITEP/RN e CPF de nº: 008.574.344-54, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, nº 09 CS-03, Bairro de Bela Parnamirim – Parnamirim/RN CEP: 59142-662, Cel: (84) 9 8719.2474; doravante denominado **CONTRATANTE**;

CONTRATADOS: SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN, sob o nº 17.267; GEONARA ARAÚJO DE LIMA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 16.005, MARIA AMÁLIA DIAS IKEDA, brasileira, separada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 8679, todas com endereço para intimações na Rua dos Canindés, nº 1235 – Galeria André Barbosa, bairro do Alecrim, Natal/RN CEP 59030-600, para o futuro denominado **CONTRATADO**, contratam da forma que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O **CONTRATADO** prestará serviços de natureza jurídica, sendo constituído, nesta data, para propor ação judicial contra a **SEGURADORA LÍDER**, visando o recebimento do valor correto da indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O **CONTRATANTE** obriga-se a pagar ao **CONTRATADO** a título de honorários advocatícios, o valor correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor recebido ao final do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

*Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.*





Dra. Suely Fernandes Kibeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Maria Amália Dias Ikeda
OAB/RN 8.679

As despesas relativas às taxas, custas judiciais, honorários periciais [caso se constate a necessidade de perícia] e demais que se fizerem necessárias, como as custas de preparo de eventuais recursos aos Tribunais Superiores, serão custeadas exclusivamente pelo **CONTRATANTE** e somente será contraído pelo **CONTRATADO** mediante autorização prévia do **CONTRATANTE** (*escrita ou verbal*), após a qual, seguirá o comprovante de recolhimento do quanto devido.

Destaca-se que as despesas de transporte, estadia e alimentação, quando necessário o deslocamento do **CONTRATANTE**, também serão custeadas pelo **CONTRATANTE**.

Caso o **OUTORGADO** não forneça a quantia necessária para pagamento das despesas do processo, evitando a paralisação do andamento processual, fica o **CONTRATADO** isento de quaisquer responsabilidades advindas do não pagamento das despesas.

CLÁUSULA QUARTA:

O presente contrato obriga não somente as partes, mas também os seus herdeiros e/ou sucessores, que tudo farão para torná-lo bom, firme e valioso.

CLÁUSULA QUINTA:

O **CONTRATADO** terá direito aos honorários estabelecidos na cláusula segunda se o **CONTRATANTE** revogar o mandato antes de terminado o processo, ou no caso de transigir com a parte contrária, impedindo o seguimento do feito, bem como se houver composição amigável.

CLÁUSULA SEXTA:

O não pagamento dos honorários ajustados nos termos acima dará poderes ao **CONTRATADO** para ingressar com a ação competente visando o recebimento do valor devido, ficando eleito o Foro da Comarca desta cidade para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente contrato, o qual estará automaticamente rescindido pelo descumprimento de qualquer uma das cláusulas.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.






Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Maria Amália Dias Ikeda
OAB/RN 8.679

CLÁUSULA SÉTIMA:

O **CONTRATADO** terá direito aos valores fixados a título de sucumbência pelo Juízo.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam as Partes o presente contrato em duas vias de igual teor e forma.


Natal, 12 de setembro de 2019.



PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO

CPF nº: 008.574.344-54

Contratante



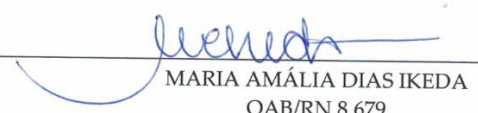
SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA
OAB/RN 17.267

Contratado



GEONARA ARAÚJO DE LIMA
OAB/RN 16.005

Contratado



MARIA AMÁLIA DIAS IKEDA
OAB/RN 8.679
Contratada

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 /RN

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, que foi encontrado a ocorrência N° **119117/1** referente ao paciente **PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO** 39 anos, atendido pelo Serviço de atendimento Móvel de Urgência SAMU 192 RN, no dia 14/01/2019 em Prolongamento da Prudente/Parnamirim/RN. Conforme ficha anexa.

Natal, 09 de abril de 2019.

Ubiratan Wagner de Sousa
Coordenador da Regulação Médica do SAMU 192 RN
MAT.210991-3



END.: AV. PRUDENTE DE MORAIS, 2410 – BARRO VERMELHO - NATAL/RN
SEDE DO COMANDO GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS
CEP: 59.022-545 - FONE: 84 3209-5321





Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267
Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Maria Amália Dias Ikeda
OAB/RN 8.679

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA
COM PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

Pela presente e na melhor forma de direito, **PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO**, brasileiro, união estável, desempregado, portador do Rg de nº 001.930.024 ITEP/RN e CPF de nº: 008.574.344-54, residente e domiciliado na Rua Santa Luzia, nº 09 CS-03 , Bairro de Bela Parnamirim – Parnamirim/RN CEP: 59142-662, Cel: (84) 9 8719.2474, para os fins específicos do beneplácito previsto no inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, c/c a Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), **DECLARA**, sob as penas da lei, não ter condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer o deferimento da concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**. Requeiro, ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Natal, 18 de setembro de 2019.

PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO
CPF de nº: 008.574.344-54

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 013702216579
66000374/2013 91447394665

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 01145677208 RNTRO *****

NOME/ENDEREÇO
JOSE MATEUS AMARAL DOS SANTOS
R LUEIA DIAS, 750
FELIPE CAMARAO
59.074-460 NATAL/RN

OPF/CNPJ 712.519.904-06 PLACA QGM3132

NOME ANTERIOR *****

CHASSI LWMCA208D6015632 COMBUSTIVEL GASOLINA

PLACA ANT/UI QGM3132/RN ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/CICLOMOTOR/NAO APLICAVEL

MARCA/MODELO I/WUYANG WY48Q-2 ANO FAB 2012 ANO MC 2013

CAP/POT/CIL 0CV/49 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE PRETA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: WY139FMA12944577
NÃO VÁLIDO SOMENTE PARA TRANSFERÊNCIA
GUARDE EM LUGAR SEGURO

NATAL/RN DATA 08/03/2017

Elielley Bezerra da Silva
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN - RN

PROTOCOLO RECEBIDO
29 MAI 2017
TERRA DO SOL ADM.
E CORRETORA DE SEGS

PROTOCOLO RECEBIDO
[Assinatura]
TERRA DO SOL ADM.
E CORRETORA DE SEGS.



Dr. Heber



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS
Secretaria Municipal de Saúde

HOSPITAL MUNICIPAL MINISTRO PAULO
DE ALMEIDA MACHADO

Nome: Paulo Eduardo

Silva, 38 anos

End: _____

Emunido ao politico
do H.M.M.V.G

Acidente de moto, no
03 horas - Nego TCE,
trauma toracico e
do abdome.

Acidente, operado
fratura de osso do
1/3 distal do fêmur (D).

01/05/19

Touros/RN, _____

Marvin Felipe
Médico
CRM/RN 9177

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL, 29/07/19
MAT. Nº. 1820873
SAME
GA
ASSINATURA





GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

FICHA DE
ACOMPANHAMENTO
SOCIAL

Identificação

Enfermaria: _____ Leito: _____ UTI: _____ Leito: _____
Data de admissão: 01/05/2019 Alta: _____
Nome: PAULO EDUARDO DA SILVA Naturalidade: TOULOS/RN
Idade: 38a Sexo: (X) Masculino () Feminino Data de Nascimento: 28/08/1980
RG: 001.971.980 Estado Civil: SOLTEIRO Nível de Instrução: FUND. INCOMP.
Filiação: Pai: MANOEL VIEIRA DA SILVA
Mãe: M^{te} LUCIA DA SILVA
Endereço: R. DOM JESUS 87 NOVO HORIZONTE

Cidade: TOULOS/RN

Telefone: 99212 4442 (ROSINEIDE COMPANHHEIRA) () Residencial () Trabalho () Recado
Contato: 99219 2632 (EDUARDO FILHO) Outros telefones: _____
Composição familiar: USUÁRIA, COMPANHHEIRA, 04 FILHOS
Outras informações: Faz uso de () Alcool () Fumo () Drogas () Psicotrópicos

Situação Ocupacional e Vinculação Previdenciária

Atividade desenvolvida: SOLDADOR Trabalho c/ vínculo empregatício (X) Não () Sim
() Aposentado () Auxílio doença () BPC () Autônomo () Pensionista () Desempregado
Programas e Serviços: () Passe Livre () Bolsa Família () PETI () PSF () CAPS () SAD
Interação decorrente de acidente de trabalho? () Não () Sim Nome da Empresa: _____

Forma de Acesso ao Serviço

() Sozinho - procurou atendimento () Trazido por familiares
() Socorrido em via pública () Outros meios
() Encaminhado: Hospital de origem: TOULOS

Critérios para Acompanhante

Possui requisitos? () Não (X) Sim Qual o motivo? FRATURA PERNA
Portador de deficiência: () Auditiva () Visual () Física () Mental
Responsável pelo paciente: ROSINEIDE SILVA TAVARES
Parentesco: COMPANHHEIRA Telefone: 99212 4442
Endereço do Responsável: O MESMO

Evolução

(Adaptação do paciente ao ambiente hospitalar, condições emocionais, participação da família na internação, visitas recebidas, encaminhamentos, etc.)

Usuário vítima de acidente de moto. Dado orientado sobre normas,
direitos e rotinas do hospital. Falta cópia do comprovante de residência
e a Sr^a Rosineide nos portava documentos pessoais.

Saída

óbito: Encaminhamento: ITEP () SVO () DO () Obs. _____
Alta hospitalar () Transferência () Destino: _____
Orientações/Encaminhamentos: _____

Rayana A. de Araújo Gato
Assistente Social
CRESSIA 2145

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: 119117/1

Data: 14/01/2019

CHAMADO

TARM: ELYKLÊNIA PATRÍCIA DE CARVALHO PEREIRA PAIVA

Médico Regulação: THIAGO AUGUSTO AZEVEDO BARBOSA

Rádio Operador: GRACIELA GEORGIA BONDADE SILVA

Médico Cena: THIAGO AUGUSTO AZEVEDO BARBOSA

Equipe Enfermagem Cena:

Usuário Pós-Cena:

VTR: USB 40 (CURRAIS NOVOS)

Equipe VTR: HERBERT CARVALHO DE ARAUJO - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
ADRIANO GOMES DE OLIVEIRA - TECNICO DE ENFERMAGEM☒ REGULAÇÃO
MÉDICA☐ TROTE☐ INFORMAÇÃO☐ ENGANO☐ QUEDA DA
LIGAÇÃO☐ CONTATO COM EQUIPE
SAMU☐ TRANSF./INTERNAÇÃO

Cidade: PARNAMIRIM

Nome do Solicitante: RODRIGO

Telefone: (84) 99819-3229

Nome do Paciente:

PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO

Idade: *

39 ANO(S)

Sexo: *

MASCULINO

☐ Coordenadas Informadas

Latitude: -5.8806867 Longitude: -35.2422588

Endereço: PROLONGAMENTO DA PRUDENTE

Nº: VP

Bairro:

Outro Bairro: PARQUE INDUSTRIAL

Referência/Complemento: PX A GERDAL // QTH NO SEMÁFORO

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA

Observações Rádio Operador: DRA AMANDA RECEBE PCT NO HDML

Queixa Primária: ACIDENTE DE MOTO

Quem Solicitou:

Distância do paciente:

Local:

Histórico Regulação Médica:

14/01/2019 12:09:45 - Dr(a). THIAGO AUGUSTO AZEVEDO BARBOSA

APH: TRAUMA / HD: QUEDA DE MOTO

REGULAÇÃO: SOLICITANTE INFORMA QUEDA DE MOTO. ACHA QUE TEM FRATURA EXPOSTA. ORIENTO NAO MOVIMENTAR O PACIENTE E SINALIZAR O LOCAL.

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB

PRIORIDADE: VERMELHO

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: CÓDIGO 3

Apoio:

OBSERVAÇÕES

Data: 14/01/2019 12:14:22 Usuário: (RADIO OPERADOR) THATIANE BEATRIZ B. LOPES

Observação: Controle de frota: NO MOMENTO, SEM USB DISPONIVEL. USB AGILIZANDO DESINFECÇÃO

Data: 14/01/2019 12:27:08 Usuário: (RADIO OPERADOR) THATIANE BEATRIZ B. LOPES

Observação: Controle de frota: USB DISPONIVEL NESTE QTR. ENVIADA SAINDO DA BASE DE MACAÍBA

Data: 14/01/2019 13:18:38 Usuário: (TARM) RAYSSA DE SOUZA

Observação: REGULADO COM DR AMANDA NO HOSP DEOCLÉCIO MARQUES.

Data: 14/01/2019 14:16:42 Usuário: (RADIO OPERADOR) GRACIELA GEORGIA BONDADE SILVA

Observação: Controle de frota: DRA AMANDA RECEBE PCT NO HDML

HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:
14/01/2019
12:08:20
Saída Local:
14/01/2019
13:23:00Regulação Médica:
14/01/2019
12:09:45
Chegada Destino:
14/01/2019
13:30:00Solicitação VTR:
14/01/2019
12:25:25
Liberação Destino:
14/01/2019
14:16:30Saída VTR:
14/01/2019
12:36:00
Liberação VTR:
14/01/2019
14:16:31Chegada Local:
14/01/2019
12:43:00

Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 22/01/2020 17:41:02

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012217410207800000050745323>

Número do documento: 20012217410207800000050745323

Num. 52613527 - Pág. 1

Observação do Apoio:

CONDUTA

☒ Remoção

Conduta Médico Regulador:

14/01/2019 13:14:15 - THIAGO AUGUSTO AZEVEDO BARBOSA
MANTER IMOB. QTI.

REMOÇÃO / TRANSFERÊNCIA

☐ Aguardando Vaga

Estabelecimento:

PARNAMIRIM - HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUI

Vaga Negada - Motivo:

-- SELECIONE --

H. ligação ao serv prop.:

-- SELECIONE --

F:

Recebido por:

Numero do conselho:

Numero da ficha de Remoção:

☐ Vaga Negada

☐ Vaga Zero

Motivo da entrada:

Ass:

PERTENCES

Nome receptor:

Cargo receptor:

Descrição dos pertences:

Local deixado pertences:

Data:

Ass:

ACIDENTE DE TRABALHO?

☐ Sim ☒ Não

VIOLENCIA A VULNERÁVEIS?

☐ Sim ☒ Não



HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
Identificação da FIA

Nº FIA: 4162 /2019

Prontuário: 1184737

cd: 286787208

Paciente: 125284 - PAULO EDUARDO DA SILVA

Cartão SUS: 704708709336630

CPF:

Dt Nasc: 28/08/1980

Idade: 38 anos 8 meses 4 dias

Sexo: M

Etnia: PARDA

Estado Civil: NÃO INFORMADO

Nome da mãe: MAIA LUCIA DA SILVA

Nome do pai:

Rua/Av: BOM JESUS

Nº: 87

Complemento:

Bairro: TOUROS

CEP: 59584000

Cidade: TOUROS

Especialidade: ORTOPEDICA

Unidade: PS - ORTOPEDIA

Leito: 1011

Telefone: 84 992124442 84 992124442

Responsável: PAULO EDUARDO DA SILVA -

Usuário: UZIMAR PEREIRA VALE

Admissão: 01/05/2019 17:54:32

Alta:

Óbito:

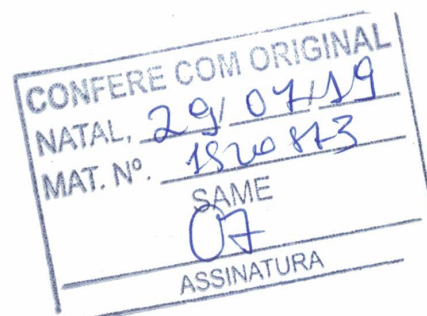
Dias de permanência:

DIAGNÓSTICO INICIAL: S82.2 - FRATURA DA DIÁFISE DA TIBIA

Procedimento da Internação: 408050500 - @FIA_DS_SSM@

OBSERVAÇÕES:

*Destinado ao SAME



JO
10/05

HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 22/01/2020 17:41:02

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20012217410241900000050745329>

Número do documento: 20012217410241900000050745329

Num. 52613933 - Pág. 1



Laudo para Solicitação de Autorização de Internação Hospitalar
Nº 10440 / 2019

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

Solicitante: HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL

CNES: 2653923

Executante: O solicitante ou:

CNES:

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: **125284 PAULO EDUARDO DA SILVA**

Prontuário:

CNS: 704708709336630

Nascimento: 28/08/1980 Sexo: Masculino

Cor: PARDA

Mãe: MAIA LUCIA DA SILVA

Pai:

Endereço: RUA BOM JESUS, 87 - TOUROS - TOUROS

Fone: 992124442 /

Município: TOUROS

Código Municipal IBGE: 241440

UF: RN

CEP: 59584-000

Clinica de Acompanhamento: ORTOPEDIA

JUSTIFICATIVA DE INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLINICOS:

ACIDENTE MOTOCICLISTICO COM TRAUMA EM MID

FRATURA DE TIBIA PRESENTE

PULSO DISTAL PRESENTE

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO:

FRATURA DE TIBIA PRESENTE

RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS:

FRATURA DE TIBIA PRESENTE



Diagnostico Principal e Procedimento Solicitado:

S82.2 FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA*408050500. TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIAFISE DA TIBIA

Precisa de regulação ortopédica externa após tratamento inicial?

TIBIA DIAFISE, FX;2

Informações importantes sobre as condições do paciente:

☐ Diabetes

☐ Hipertensão

☐ Obesidade

☒ Faz Antibioticoterapia

☐ Lesão por pressão

☐ Usa Fixador Externo

Profissional Solicitante / Assistente:

GEAN GUARNIERE RODRIGUES DANTAS

CRM: 4781 / RN

Data da Solicitação 01/05/2019

PREENCHER EM CASOS DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

() Acidente de Trabalho CNPJ da Seguradora: Nº do bilhete: Série:

() Acidente de Trabalho Típico CNPJ da Empresa: CNAE da Emp.: CBOR:

() Acidente de Trabalho Trajeto CNPJ da Empresa: CNAE da Emp.: CBOR:

Vínculo com previdência: () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

Profissional Autorizador: Orgão Emissor:

Número da Autorização:

Data da Autorização: Assinatura/Carimbo:



CLINICA HOPE
LABORATÓRIO HAPPY

LAUDO MÉDICO

PROTOCOLO
RECEBIDO

29 MAI 2019

TERRA DO SOL ADM.
E CORRETORA DE SEGS.

PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO,
sofreu fratura em fêmur esquerdo
distal e foi realizado tratamento
cirúrgico. fez fisioterapias.

Limitação da mobilidade de flexão
de joelho esquerdo perfazendo 90 graus,
não consegue fazer extensão completa
do joelho esquerdo, ferimentos operato-
rios cicatrizados, claudicação de MIESQ.

Invalidez anatômica e funcional de
membro inferior a esquerda de caráter
DEFINITIVO.

AGTA.

Av. Fernandes esquina com Rua Garanhuns, 01 - Cidade da Esperança - Natal/RN.
(em frente ao posto de saúde)
(84) 3205-7400 / 3205-5042

Dr. Ural de Oliveira
CRM/RN 4315

14 MAIO 2019

NATAL.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SESAD
CENTRO MUNICIPAL DE REABILITAÇÃO

Parecer Fisioterapêutico

PACIENTE: Paulo Eduardo Bezerra de Assunção

Paciente acima citado pós fratura distal de fêmur em MIE, sendo acompanhado pela fisioterapia para quadro algico e reduçã de ADM (Amplitude de Movimento).
Evoluiu bem da dor, mas segue com limitação incapacitante para flexão completa de joelho esquerdo.

Jesimiel Missias de Souza
Fisioterapeuta
CREFITO: 268003-F

Parnamirim, 09/09/2019

RESOLUÇÃO COFFITO Nº. 381, DE NOVEMBRO 2010. Art 1º O Fisioterapeuta no âmbito da sua atuação profissional é competente para elaborar e emitir parecer, atestado ou laudo pericial indicando o grau de capacidade ou incapacidade funcional, com vistas a apontar competências ou incompetências laborais(transitorias ou definitivas) mudanças ou adaptações nas funcionalidades(transitorias ou defetivas) e seus efeitos no desempenho laboral.





(084) 3205-7400
(084) 3205-5042
(084) 99133-1075

RECIBO

R\$ 100,00

Recebi(emos) do(a) Sr.(a)

Paulo Ricardo
Lopes de Sousa

a importância de R\$:

cem Reais

Referente a:

consulta com o ortopedico

Resta R\$:

PROTOCOLO
RECEBIDO

de

maio

de

2019

29 MAI 2019

TERRA DO SOL ADM.

E CORRETORA DE SEGS

Ass.

AV. PERNAMBUCO, ESQUINA COM R. GUARANHUNS, 01 - CIDADE DA ESPERANÇA - NATAL/RN



0043-1030-10400
0043-1030-10400
0043-1030-10400

CLÍNICA HOPE
LABORATÓRIO HAPPY

01.610.599/0001-48
Laboratório Happy Ltda
Rua Garanhuns, 01
Cidade da Esperança cep: 59.070-340
NATAL / RN

PROTÓCOLO
RECEBIDO
22 MAR 2020
TERRA DO SOL FARM
EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL DEOCLÉCIO M. LUCENA
PARNAMIRIM / RN

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

NOME: Paulo Eduardo Bezerra de Assunção

IDADE: 03.07.1988 COR: Pardo SEXO: Masculino ESTADO CIVIL: Solteiro

NATURALIDADE: Natal - RN PROFISSÃO: Autônomo

ENDEREÇO: Rua Itamaracá, nº 306 BAIRRO: Felipe Camargos

CIDADE: Natal - RN DATA: 24/01/2019 HORA: 13:45 hrs

CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

APARENTEMENTE BEM ☐ REGULAR ☐ COM DISPNEIA ☐ CHOCADO ☐ COMATOSO ☐
C/ HEMORRAGIA ☐ EM CONVULSÃO ☐ POLITRAUMATIZADO ☐ AGITADO ☐ OUTROS ☐

ALEGA ACIDENTE DE TRABALHO SIM ☐ NÃO ☐

PUPILAS A) NÍVEL DE CONSCIÊNCIA (GLASGOW) B) FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA C) PRESSÃO ARTERIAL

ESCORE FINAL (SCORE, DE TRAUMA MODIFICADO) A+B+C

TEMP. RESPIRAÇÃO PULSO TA

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA): Traçado pelo SIMU sob protocolo.
Doença crônica sintoma de colisão motor a carro há cerca de 1h. Fazia uso de capote. Nega náusea, vômitos, convulsão, síncope. Nega alergias medicamentosas.

EXAME FÍSICO

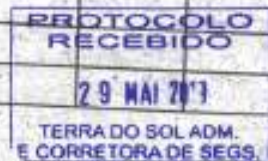
A. B. C. D. S/ alteração

B. dor e edema em ombro e, joelho e. lesão contusiva em joelho e. S/ trauma torácico, abdominal ou TCE



SCORE DO TRAUMA MODIFICADO T-RTS

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	RESPIRAÇÃO	GLASGOW	SCORE FINAL	TEMP.	PULSO
	130.80	22	15			91



DIAGNÓSTICO INICIAL: Colisão motor a carro



EXAMES COMPLEMENTARES

Exame do joelho e (F+L)

Ass. do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> HEMATOLOGIA	<input type="checkbox"/> NEUROLOGIA	<input type="checkbox"/> NEFROLOGIA	<input type="checkbox"/> CIR. VASCULAR	<input type="checkbox"/> ENDOSCOPIA
<input type="checkbox"/> CLÍNICA MÉDICA	<input type="checkbox"/> CIRURGIA GERAL	<input type="checkbox"/> ORTOPEDIA	<input type="checkbox"/> BUCO-FACIAL	<input type="checkbox"/> UROLOGIA
<input type="checkbox"/> NEUROCIRURGIA	<input type="checkbox"/> OTORRINO	<input type="checkbox"/> OFTALMOLOGIA	<input type="checkbox"/> C. PLÁSTICA	<input type="checkbox"/>

CONDUTA

1. Difteriana - 1ap + 2do, EV, 1x ao dia
2. Temoxicom - 1ap + 2do, EV, 1x
3. Sol Rx + avaliações ortop.

14.90

Dr. Amanda Cavalcante
 MP, Cirurgia Geral
 CRM 13087

Ass. do Responsável

DESTINO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> FICOU NO LOCAL	<input checked="" type="checkbox"/> INTERNADO NO SERVIÇO DE <i>Ortopedia</i>	<input type="checkbox"/> REMOVIDO EM ____/____/____
HORA ____ HS	DECISÃO MÉDICA <input type="checkbox"/>	HORA ____ PARA ____
RETIROU-SE POR	HORA ____	
DATA ____/____/____	HORA ____	
ÓBITO ____/____/____		
ENTREGUE	A FAMÍLIA <input type="checkbox"/>	S.V.O. <input type="checkbox"/>
		I.T.E.P. <input type="checkbox"/>
<i>Pedro Ferreira de Melo Filho</i> Ortopedista - CRM 1308 TEOT 1327		
MÉDICO (Carimbo)		CHEFE DO PLANTÃO (Carimbo)

A REVELIA ☐
 CONFERE COM ORIGINAL
 DATA: 24/03/2019

Assinatura
Barbora





PRONTUÁRIO DE INTERNAÇÃO

CLINICA ORTOPEDIA		REGULAÇÃO NAO REGULADO		OBS
ENFERMARIA Nº	LEITO	PRONTUÁRIO 163958		
DATA 14/01/2019	HORA 17:10	CATEGORIA	OBS	
PACIENTE PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO		DATA DE NASCIMENTO 03/07/1981		
ESTADO CIVIL UNIAO ESTAVEL		PROFISSAO AUTONOMO		
ENDEREÇO (RUA, Nº) RUA SANTA LUZIA 9				
MUNICIPIO PARNAMIRIM	BAIRRO BELA PARNAMIRIM	UF RN	CEP 59142062	
LOCAL DE TRABALHO			TELEFONE	
FILIAÇÃO MARIA BEZERRA DE ASSUNÇÃO LUIZ MORAIS DE ASSUNÇÃO				
RESPONSÁVEL FRANCISCA VALDETE DA SILVA (ESPOSA)			TELEFONE 986074705	
ENDEREÇO O MESMO				

DIAGNOSTICO PROVISÓRIO

DIAGNOSTICO DEFINITIVO

Fratura do Condilo medial do fêmur E.

DATA DE ADMISSÃO

ALTA

ÓBITO

HISTORIA CLINICA

*Acidente de auto e transporte
NO MT E.*

[Assinatura]
Pedro Ferreira de Melo Filho
Ortopedista - CRM 130a
TEOT 1327

096921-4
CONFERE ORIGINAL
DATA: 24/03/2019
[Assinatura]
S. Brito





PEDIDO DE PARECER

Unidade Solicitante: _____	Município: _____
Paciente: <u>Paulo Ezequiel Bezerra</u>	Prontuário: _____
Motivo da Consulta: <u>Paciente vítima de queda de moto chacoalha de sh e dor e edema em ombro ⑤ e joelho ⑤. Solicito avaliação</u>	
<u>Dra. Amanda Cavalcante</u> R. Cirurgia Geral CRM 1308 Médico	<u>14.01.19</u> Data
Encaminhado à especialidade: <u>A ortopedias</u>	
Consulta marcada para a Unidade: _____	Município: _____
Para o (a) Dr. (a): _____ às _____	horas do dia <u>1</u> / <u>1</u>

RESPOSTA DE PARECER

Unidade Solicitante: _____	Município: _____
Paciente: _____	Prontuário: _____
(Dados de atendimento, resultado de exames, conduta e sugestões)	
<u>Fratura de condilo medial do fêmur.</u>	
Diagnóstico: <u>[Assinatura]</u>	CID: <u>096.424</u>
<u>Pedro Ferreira de Melo Filho</u> Ortopedista - CRM 1308 TEOT 1327 CRM	<u>14.01.19</u> Data
Retornar à clínica solicitante: _____	Unidade: _____
Para o (a) Dr. (a): _____ às _____	horas do dia <u>1</u> / <u>1</u>





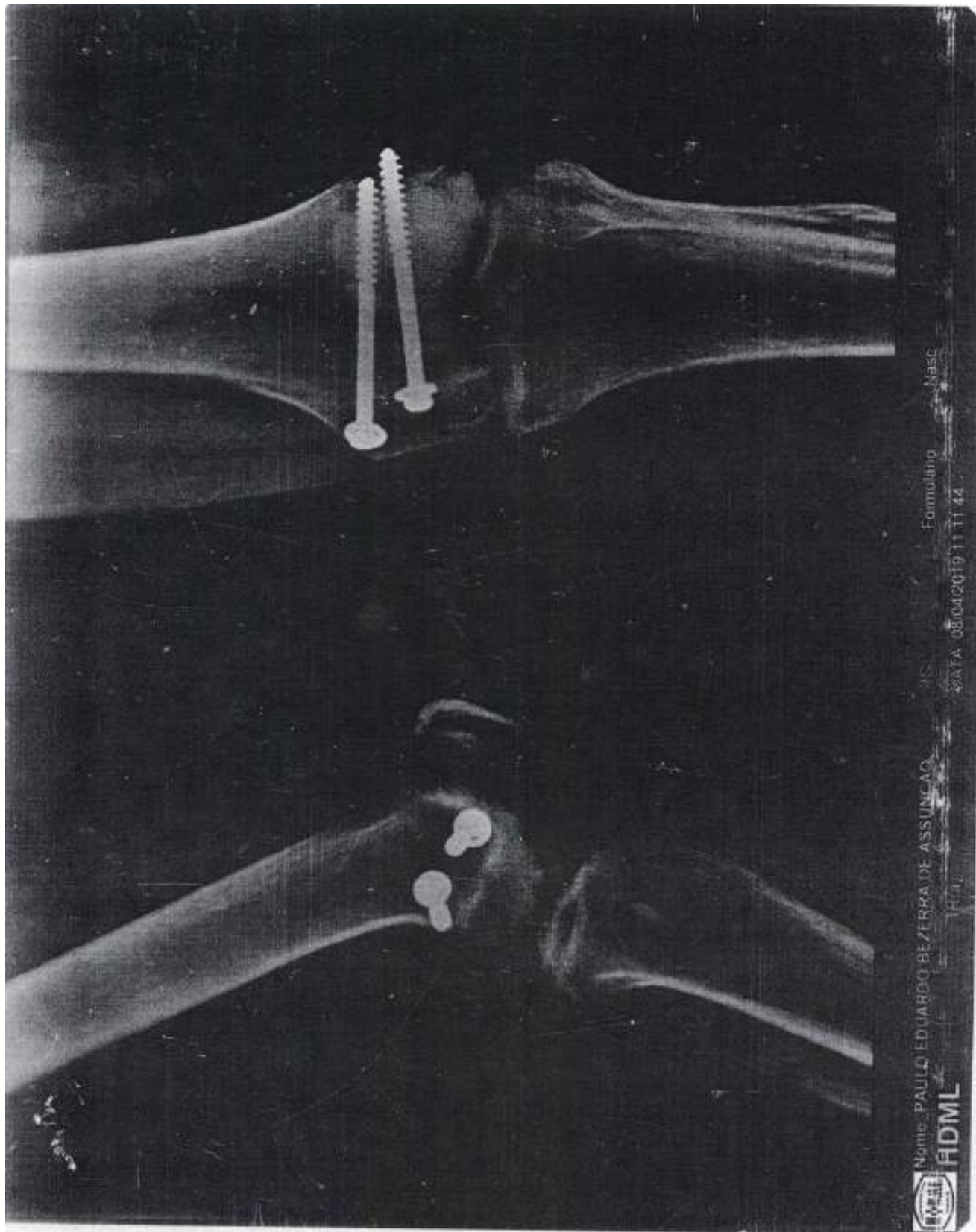
Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
Identificação do Estabelecimento de Saúde

Vão Regular
OK

1- ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2- CNES	
3- ESTABELECIMENTO CIRCUNSTANTE HOSPITAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA		4- CNES 3515168	
Identificação do Paciente			
5- PACIENTE PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNÇÃO		6- NÚMERO DO PRONTUÁRIO 163958	
7- CARTÃO NACIONAL/SUS 708 6010 9823 7881	8- DATA DE NASCIMENTO 03/07/1961	9- SEXO MASCULINO	10- RAÇA/COR PARDA
11- NOME DA MÃE MARIA BEZERRA DE ASSUNÇÃO		12- TELEFONE DE CONTATO 986074705	
13- NOME DO RESPONSÁVEL FRANCISCA VALDETE DA SILVA (ESPOSA)		14- TELEFONE DE CONTATO	
15- ENDEREÇO (RUA, Nº) RUA SANTA LUZIA 9			
16- MUNICÍPIO PARNAMIRIM	17- BARRO BELA PARNAMIRIM	18- UF RN	19- CEP 59142062
Justificativa de Internação			
20- PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Acidente de auto e trauma no MIE.			
21- CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Cirurgia			
22- PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS) Exame de urina e sangue			
23- DIAGNÓSTICO PRINCIPAL Fratura de fêmur e			
24- CID-10 CAUSAS ASSOCIADAS			
25- CID-10 PROCEDIMENTO SOLICITADO Trat. cir. fr. fêmur			
26- CÓDIGO DO PROCEDIMENTO			
27- CLÍNICA		28- N° DO DOCUMENTO 30- N° DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE Ortopedista - CRM 1306	
29- NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		31- DATA DA SOLICITAÇÃO	
32- CARÁTER DA INTERNAÇÃO		33- ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)	
Preencher em caso de causas externas (acidentes ou violência)			
34- N° DO DOCUMENTO	35- N° DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	36- N° DO BEHETE	37- SÉRIE
38- N° DO DOCUMENTO	39- N° DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	40- N° DO BEHETE	41- SÉRIE
42- N° DO DOCUMENTO	43- N° DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	44- N° DO BEHETE	45- SÉRIE
46- VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURO			
47- NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR			
48- COD. ORGÃO EMISSOR			
49- N° DO DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE			
50- DATA DA AUTORIZAÇÃO			
51- ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)			
52- N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR 316 980-4 UNFEE-UM ORIGINAL DATA: 24/10/2019 Paulo			



Nome: PAULO EDUARDO BEZERRA DE ASSUNCAO MS Formulario Nasc
DATA 08/04/2019 11:11:44





HOSPITAL REGIONAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA
SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM - CENTRO CIRÚRGICO

Nome: <u>Paulo Eduardo Teixeira de Albuquerque</u>		Idade: <u>38a</u>		DN: <u>03/07/81</u>	
Pront.: <u>163558</u>		Município: <u>Parauapebas</u>		Procedência: <input checked="" type="checkbox"/> Interno () Externo	
Data da cirurgia: <u>19/11/19</u>		Hora Admissão: <u>Bloco: 9-00 Sala: 10-30</u>		Hora Saída: <u>Peso: 98kg.</u>	
Alergias: <u>Não</u> () Sim		Comorbidades: () HAS () DM () Outras			
Uso de medicações: <u>Não</u> () Sim		Jejum: <u>Não</u> () Sim			
SSW Admissão: <u>PA: 130/80</u>		mmHg Pulso: <u>110</u> bpm		FC: <u>110</u> bpm SpO ₂ : <u>97</u> % T: <u>—</u> °C	
Enfermeiro(a): <u>Ariany</u>		Instrumentador(a): <u>Th. E. Gardênio</u>		Circulante: <u>Th. E. Ruteiro</u>	
Cirurgia: <u>11-00 Cirurgia de remoção de tumor distal</u>		Especialidade: <u>Ortopedia</u>		Sala: <u>03</u>	
Hora Início: <u>11-00</u>		Hora Término: <u>11-30</u>		Tipo de cirurgia: <input checked="" type="checkbox"/> Eletiva () Urgência () Limpa () Contaminada () Infectada	
1º Cirurgião: <u>Dr. Michel</u>		Aux.: <u>Dr. João</u>		Residente: <u>—</u>	
Anestesia: () Local () Sedação () Geral TOT: <u>—</u> () Bloqueio <input checked="" type="checkbox"/> Raquidiana Ag. nº <u>27</u> () Peridural () Cateter () Cateter Ag. nº <u>—</u> Cateter nº <u>—</u> Início: <u>10-30</u> Garrote: () Smarch () Pneumático Início: <u>—</u> Término: <u>—</u>					
Anestesiologista: <u>Dr. Carlos</u>					
NEUROMUSCULAR		PELE/HIGIENE		CARDIOVASCULAR/RESPIRATÓRIO	
<input checked="" type="checkbox"/> Consciente	<input checked="" type="checkbox"/> Normocorada	<input type="checkbox"/> Normotensão	<input checked="" type="checkbox"/> Jelco MSD	<input checked="" type="checkbox"/> ECG	
<input type="checkbox"/> Letárgico	<input type="checkbox"/> Hipocorada	<input type="checkbox"/> Hipotensão	<input type="checkbox"/> Acesso V. Central	<input checked="" type="checkbox"/> Oximetria	
<input type="checkbox"/> Coma	<input type="checkbox"/> Cianótica	<input type="checkbox"/> Hipertensão	<input type="checkbox"/> Cat. Diálise	<input type="checkbox"/> Capnógrafo	
<input checked="" type="checkbox"/> Orientado	<input type="checkbox"/> Ictérica	<input checked="" type="checkbox"/> Hipertensão	<input type="checkbox"/> Fistula	<input checked="" type="checkbox"/> PA	
<input type="checkbox"/> Desorientado	<input type="checkbox"/> Desidratada	<input type="checkbox"/> Normocárdico	<input type="checkbox"/> Arteriovenosa	<input type="checkbox"/> Estimul. Nervo	
<input type="checkbox"/> Sedado	<input type="checkbox"/> Integra	<input type="checkbox"/> Bradicardia	<input type="checkbox"/> SNG	<input type="checkbox"/> Diprifusor	
<input type="checkbox"/> Ansioso	<input checked="" type="checkbox"/> C/lesões	<input checked="" type="checkbox"/> Taquicardia	<input type="checkbox"/> SVD	<input type="checkbox"/> BIC	
<input type="checkbox"/> Deambula	<input type="checkbox"/> Sudorese	<input type="checkbox"/> Choque	<input type="checkbox"/> Colostomia	<input type="checkbox"/> Desfibrilador	
<input type="checkbox"/> 1ª dificuldade	<input checked="" type="checkbox"/> Cicatriz cirúrgica	<input type="checkbox"/> Normoesfínico	<input type="checkbox"/> Cistostomia		
<input checked="" type="checkbox"/> Acamado	<input type="checkbox"/> Higiene Satisfatória	<input checked="" type="checkbox"/> Eupnéia	<input type="checkbox"/> Dreno		
<input type="checkbox"/> Paraplégico	<input checked="" type="checkbox"/> Higiene deficiente	<input type="checkbox"/> Dispnéia	<input type="checkbox"/> Aparelho gessado		
<input type="checkbox"/> Tetraplégico	<input checked="" type="checkbox"/> Manchas	<input type="checkbox"/> Dispositivo O ₂	<input type="checkbox"/> Tração		
<input type="checkbox"/> Amputações	<input checked="" type="checkbox"/> S/Tricotomia		<input checked="" type="checkbox"/> Talas MIE		
SINAIS VITAIS		POSIÇÃO		COXIM	
FC	Início: <u>112</u>	<input checked="" type="checkbox"/> Dorsal		<input type="checkbox"/> Cabeça	<input type="checkbox"/> MMSS
Pulso	Melo: <u>81</u>	<input type="checkbox"/> Ventral		<input type="checkbox"/> Pescoço	<input checked="" type="checkbox"/> Anatómicos
Oximetria	Fim: <u>83</u>	<input type="checkbox"/> Lateral		<input type="checkbox"/> Tórax	<input type="checkbox"/> Abduzidos
Capnografia	Unid.: <u>83</u>	<input type="checkbox"/> Litotômica		<input type="checkbox"/> Lombar	<input type="checkbox"/> Fletidos
PA		<input type="checkbox"/> Trendlemburg		<input type="checkbox"/> MMII	<input checked="" type="checkbox"/> Anatómicos
		<input type="checkbox"/> Canivete		<input type="checkbox"/> Abduzidos	<input type="checkbox"/> Fletidos
		<input type="checkbox"/> Proclive			
ACESSO VENOSO		PLACA DO BISTURI ELÉTRICO			
<input type="checkbox"/> Punção Arterial		() Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não () Metal () Descartável			
<input type="checkbox"/> Punção Venosa Periférica		Local: <u>—</u>			
<input type="checkbox"/> Punção Venosa Central		DEGERMAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Dissecção venosa		() Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não			
Local: <u>—</u>		Local: <u>MIE</u> Solução: <u>PVP I UNF</u>			
Cateter: <u>—</u>		TRICOTOMIA			
SONDAGEM GÁSTRICA		() Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não			
<input type="checkbox"/> SNG nº <u>—</u>		Local: <u>—</u>			
Retorno: <u>—</u>		IMPLANTE CIRÚRGICO			
CATETERISMO VESICAL		Drenos: <u>—</u>			
<input checked="" type="checkbox"/> CVF nº <u>—</u>		Tela: <u>—</u>			
<input type="checkbox"/> SVA nº <u>—</u>		Cateter: <u>—</u>			
Diurese: <u>—</u>		Ostomia: <u>—</u>			
Profissional responsável: <u>—</u>		Fio de KC: <u>—</u> Parafuso - tipo: <u>02</u>			
EXAMES SOLICITADOS		Placa - Tipo: <u>—</u>			
<input type="checkbox"/> Hemograma	<input type="checkbox"/> Gasometria	Outros: <u>—</u>			
<input type="checkbox"/> Coagulograma	<input type="checkbox"/> Outros	ASPECTOS DO MATERIAL CIRÚRGICO			
<input type="checkbox"/> Tipagem Sanguínea	<input type="checkbox"/> Glicosimetria	Caixa cirúrgica: <u>BÁSICA + 41,5</u> Quant. Material: <u>BÁSICA: 39</u>			
<input type="checkbox"/> Radioscopia (Raio X)		Val.: <u>26101119</u> Contagem de gaze e compressa: <input checked="" type="checkbox"/> Não () Sim			





HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA
SERVIÇO DE ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM - CENTRO CIRÚRGICO

Nome: Paulo César Buzza de Albuquerque Idade: 38a D.N.: 03/07/81
Pront.: 163058 Município: Parauapebas Procedência: Interno () Externo
Data da cirurgia: 19/01/19 Hora Admissão: Bloco: 9-00 Sala: 10-30 Hora Saída: 10-30 Peso: 98kg
Alergias: Não () Sim Comorbidades: () HAS () DM () Outras: —
Uso de medicações: Não () Sim Jejum: () Não () Sim —
SSW Admissão: PA: 130/90 mmHg Pulso: 110 bpm FC: 110 rpm SpO₂: 97 % T: — °C
Enfermeiro(a): Ariany Instrumentador(a): Teó. Ed. Gardênio Circulante: Teó. Ed. Rutenne
Cirurgia: Proctostomia de tempo distal Especialidade: Ortopedia Sala: 03
Hora Início: 11-00 Hora Término: 11-30 Tipo de cirurgia: (X) Eletiva () Urgência () Limpa () Contaminada () Infectada
1º Cirurgião: Dr. Michel Aux.: Dr. João Residente: —

Anestesia: () Local () Sedação () Geral TOT: — () Bloqueio (X) Raquidiana Ag. nº 27 () Peridural () c/cateter () s/cateter
Ag. nº: — Cateter nº: — Início: 10-30 Garrote: () Smarch () Pneumático Início: — Término: —
Anestesiologista: Dr. Carlos

NEUROMUSCULAR	PELE/HIGIENE	CARDIOVASCULAR/ RESPIRATÓRIO	DISPOSITIVOS	MONITORIZAÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> Consciente	<input checked="" type="checkbox"/> Normocorada	<input type="checkbox"/> Normotenso	<input checked="" type="checkbox"/> Jelco <u>M5J</u>	<input checked="" type="checkbox"/> ECG
<input type="checkbox"/> Letárgico	<input type="checkbox"/> Hipocorada	<input type="checkbox"/> Hipotensão	<input type="checkbox"/> Acesso V. Central	<input checked="" type="checkbox"/> Oximetria
<input type="checkbox"/> Coma	<input type="checkbox"/> Cianótica	<input type="checkbox"/> Hipotensão	<input type="checkbox"/> Cat. Diálise	<input type="checkbox"/> Capnógrafo
<input checked="" type="checkbox"/> Orientado	<input type="checkbox"/> Ictérica	<input checked="" type="checkbox"/> Hipertensão	<input type="checkbox"/> Fistula	<input checked="" type="checkbox"/> PA
<input type="checkbox"/> Desorientado	<input type="checkbox"/> Desidratada	<input type="checkbox"/> Normocárdico	<input type="checkbox"/> Arteriovenosa	<input type="checkbox"/> Estimul. Nervo
<input type="checkbox"/> Sedado	<input type="checkbox"/> Integra	<input type="checkbox"/> Bradicardia	<input type="checkbox"/> SNG	<input type="checkbox"/> Diprífusor
<input type="checkbox"/> Ansioso	<input checked="" type="checkbox"/> Glesões	<input checked="" type="checkbox"/> Taquicardia	<input type="checkbox"/> SVD	<input type="checkbox"/> BIC
<input type="checkbox"/> Deambula	<input type="checkbox"/> Sudorese	<input type="checkbox"/> Choque	<input type="checkbox"/> Colostomia	<input type="checkbox"/> Desfibrilador
<input type="checkbox"/> Tr dificuldade	<input checked="" type="checkbox"/> Cicatriz cirúrgica	<input type="checkbox"/> Normoesfígmico	<input type="checkbox"/> Cistostomia	
<input checked="" type="checkbox"/> Acamado	<input type="checkbox"/> Higiene Satisfatória	<input checked="" type="checkbox"/> Eupnéia	<input type="checkbox"/> Dreno:	
<input type="checkbox"/> Paraplégico	<input checked="" type="checkbox"/> Higiene deficiente	<input type="checkbox"/> Dispneia	<input type="checkbox"/> Aparelho gessado	
<input type="checkbox"/> Tetraplégico	<input checked="" type="checkbox"/> Manchas	<input type="checkbox"/> Dispositivo O ₂	<input type="checkbox"/> Tração	
<input type="checkbox"/> Amputações	<input checked="" type="checkbox"/> S/Tricotomia		<input checked="" type="checkbox"/> Telas <u>MJE</u>	

SINAIS VITAIS	Início	Melo	Fim	Unid.
FC	<u>112</u>	<u>81</u>	<u>83</u>	Bpm
Pulso	<u>112</u>	<u>81</u>	<u>83</u>	Bpm
Oximetria	<u>96</u>	<u>95</u>		%
Capnografia	<u>—</u>	<u>—</u>		%
PA	<u>133x93</u>	<u>85x97</u>	<u>93x51</u>	mmHg

POSICÃO	COXIM	MMSS
<input checked="" type="checkbox"/> Dorsal	<input type="checkbox"/> Cabeça	<input type="checkbox"/> Anatômicos
<input type="checkbox"/> Ventral	<input type="checkbox"/> Pescoço	<input checked="" type="checkbox"/> Abduzidos
<input type="checkbox"/> Lateral	<input type="checkbox"/> Tórax	<input type="checkbox"/> Fletidos
<input type="checkbox"/> Litotômica	<input type="checkbox"/> Lombar	<input type="checkbox"/> MMII
<input type="checkbox"/> Trendelenburg		<input checked="" type="checkbox"/> Anatômicos
<input type="checkbox"/> Canivete		<input type="checkbox"/> Abduzidos
<input type="checkbox"/> Proclive		<input type="checkbox"/> Fletidos

ACESSO VENOSO
<input type="checkbox"/> Punção Arterial
<input type="checkbox"/> Punção Venosa Periférica
<input type="checkbox"/> Punção Venosa Central
<input type="checkbox"/> Dissecção venosa
Local: <u>—</u>
Cateter: <u>—</u>

SONDAGEM GÁSTRICA
<input type="checkbox"/> SNG nº <u>—</u>
Retorno: <u>—</u>

CATETERISMO VESICAL
<input checked="" type="checkbox"/> SVF nº <u>—</u>
<input type="checkbox"/> SVA nº <u>—</u>
Diurese: <u>—</u>
Profissional responsável: <u>—</u>

EXAMES SOLICITADOS	
<input type="checkbox"/> Hemograma	<input type="checkbox"/> Gasometria
<input type="checkbox"/> Coagulograma	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Tipagem Sanguínea	<input type="checkbox"/> Glicosimetria:
<input checked="" type="checkbox"/> Radioscopia (Raio X)	

PLACA DO BISTURI ELÉTRICO
() Sim (X) Não () Metal () Descartável

Local: —
DEGERMAÇÃO (X) Sim () Não TRICOTOMIA () Sim (X) Não
Local: MJE Solução: PVP UNIFLEX

IMPLANTE CIRÚRGICO
Drenos: —
Tela: —
Cateter: —
Ostomia: —
Fio de KC: — Parafuso - tipo: 02 parafusos
Placa - Tipo: — 4,5 expansores
Outros: —

ASPECTOS DO MATERIAL CIRÚRGICO
Caixa cirúrgica: BÁSICA + 4,5 Quant. Material: BÁSICA: 39
Val: 26/03/19 Contagem de gaze e compressa: (X) Não () Sim



Serviço de Anestesiologista e Gasoterapia

Hospital		Enfermaria		Leito	Nº prontuário	
Nome <u>Paulo Eduardo B. de Arminas</u>				Idade <u>38</u>	Sexo <u>M</u>	Cor <u>B</u>
Data <u>15/01/19</u>	Pressão arterial <u>140x90</u>	Pulso <u>90</u>	Respiração <u>eupneia</u>	Temperatura	Peso	Outros
Tipo sanguíneo	Hemostasia	Hemoglobina	Hematócrito	Glicemia	Ureia	
	Urina					
Ap. respiratório <u>normal</u>				Asma <u>N</u>	Bronquite <u>N</u>	
Ap. circulatório <u>normal</u>				Eletrocardiograma		
Ap. digestivo <u>jejum</u>		Dentes	Pescoço	Ap. urinário		
Estado mental <u>consciente</u>		Atarácicos	Corticóides	Alergia <u>N</u>	Hipotensores	
Diagnóstico pré-operatório <u>fratura fêmur</u>				Estado físico <u>2</u>	Risco	
Anestesias anteriores						
Medicação pré-anestésica				Aplicada às	Efeito	
Agentes Anestésicos	<u>Propofol</u>					
Líquidos	<u>Clor. NaCl</u>					
Oper	260					
Oper	250					
Oper	240					
Oper	230					
Oper	220					
Oper	210					
Oper	200					
Oper	190					
Oper	180					
Oper	170					
Oper	160					
Oper	150					
Oper	140					
Oper	130					
Oper	120					
Oper	110					
Oper	100					
Oper	90					
Oper	80					
Oper	70					
Oper	60					
Oper	50					
Oper	40					
Oper	30					
Oper	20					
Oper	10					
SÍMBOLOS						
E						
ANOTAÇÕES						
POSIÇÃO	<u>OJ</u>					
Agentes	<u>Nepaina, ps, Amorf, Cefazolina, Acardion, Dipriona, Rantidol</u>					
Técnica	<u>Rapmanesthesia Toussard</u>					
Operação	<u>Tto de fratura fêmur</u>					
Cirurgiões	<u>Dr. Michel + Dr. João Paulo</u>					
Anestesiistas	<u>Dr. Cátia</u>					
Observações	<u>Perda sanguínea</u>					
Anotar no verso as complicações pré-operatórias, operatórias e pós-operatórias						

DATA: 15/01/2019
 Assinatura: Cátia V. Bie Mendes
 CRM 4184 CPF 027950097-14



Nome do paciente		PAULO EDUARDO B. DE ASSUNÇÃO		Nº prontuário
Data operação	19/01/19	Enf.		Letto
Operador	DR. MICHEL	DR. JOÃO PAULO	1º auxiliar	
2º auxiliar		3º auxiliar		Instrumentador
Anestesiologista		Tipo de anestesia		
Diagnóstico pré-operatório				
Tipo de operação				
FRATURA DE FÊMUR 1/3 DISTAL ESQUERDO				
Diagnóstico pós-operatório				
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO FÊMUR ESQUERDO				
Relatório imediato do patologista				
Exame radiológico no ato				
Acidente durante a operação				

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de acesso - tática e técnica - ligaduras - drenagem - sutura - material empregado - aspecto - víceras

1. PACIENTE EM DECÚBITO DORSAL SOB ANESTESIA
2. ASSEPSIA E ANTISSEPSIA
3. ACESSO EM FACE MEDIAL DO JOELHO ESQUERDO
4. REDUÇÃO DA FRATURA
5. FIXAÇÃO DA FRATURA COM PARAFUSOS E ARRUELA
6. SUTURA POR PLANOS E CURATIVOS
7. BOA PERFUSÃO DISTAL
8. CURATIVO
9. TALA JOELHEIRA
10. AO CRO
11. RX DE CONTROLE

Dr. Michel Freire de Araújo
Ortopedista e Traumatologista
CRM 4423 - RCO 10991





PREScrição Médica - TRAUMATOLOGIA

ORTOPEDIA I

LEITO 17

ATE: PAULO EDUARDO B. DE ASSUNÇÃO

DATA: 20.01.19

LETA LIVRE

0,9% - 1500ML, IV, 21GT/MIN

PIRONA - 02ML + 08ML ABD, IV, 6/6H

RAMAL 100 MG+100ML SF D, 9%, IV, 8/8H

LEXANE 40 MG - 01 AMP, SC, 1X/DIA

DL RX CONTROLE

EFAZOL 1G - 01 FA + ABD, EV, 8/8H (DI 18/01/19)

SVV CCGG

ção

P IMEDIATO

NTE SUBMETIDO A OSTEOSÍNTese DE FRATURA DE FÊMUR DISTAL ESQUERDO,
EDIMENTO SEM INTERCORRÊNCIAS

As osfonte uno

(4to amada)

Dr. José S. Miranda
Ortopedia Traumatologia
CRM 100.000 - 1507 1980

CONF. 24.03.2019
DATA: 24.03.2019
Dr. Paulo B. de Assunção

2

